

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DO RIO DE JANEIRO



Nina Teruz Visco

**Arcelina Mochel: a trajetória de uma militante comunista  
maranhense no Distrito Federal durante as décadas de  
1940 e 1950**

Monografia apresentada à Graduação  
em História da PUC-Rio como  
requisito parcial para obtenção do  
título de licenciada em História.

Orientadora: Profa. Larissa Rosa Corrêa

Rio de Janeiro  
Novembro de 2022

*À todas as mulheres que lutaram antes  
de nós e àquelas que ainda lutarão.*

## **Agradecimentos**

Esta pesquisa foi fruto não só do meu trabalho, mas de tantas outras pessoas que me deram apoio incondicional durante essa jornada. À elas deixo aqui registrado meu eterno reconhecimento e gratidão.

Agradeço primeiramente à minha família, que sempre foi o incentivo mais potente em minha vida. À minha mãe, Claudia, pelas trocas e vontade de luta compartilhada. Ao meu pai, Renato, por sempre acreditar no meu potencial, desde os tempos de escola. À minha irmã, Yasmin, por ser minha inabalável companheira nessa caminhada. E à Flora, minha pequena sobrinha que dá sentido às lutas travadas diariamente. Vocês me dão a segurança e o carinho necessário para traçar o caminho que almejo.

Sou também muito grata às minhas amigas, que deixaram tudo mais leve. Às minhas irmãs do coração Nina, Natasha, Emma, Julianne e Isabela, agradeço por serem meu suporte constante. Às amigas que a graduação me presenteou para a vida, Adritielle, Julia e Beatriz, por se fazerem presentes mesmo quando estávamos fisicamente distantes.

À minha terapeuta, Maria Helena, por ter me auxiliado com toda a amorosidade e atenção.

Ao financiamento concedido pela FAPERJ, essencial para a realização dessa pesquisa. A bolsa concedida foi o processo de número E-26/203.719/2021 (271557), cuja vigência foi de novembro de 2021 à novembro de 2022.

Agradeço, por fim, à todos os professores e funcionários da PUC-Rio, que possibilitaram a aprendizagem cotidiana dos mais diversos modos. Especialmente à minha orientadora Larissa, sempre disponível para trocas, carinho e apoio. Seu olhar atento e afetuoso é um exemplo que levarei para toda a vida.

## **Resumo:**

Esta pesquisa busca investigar a trajetória da militante comunista Arcelina Rodrigues Mochel, desde sua juventude no Maranhão até a ativa militância no Rio de Janeiro durante as décadas de 1940 e 1950. São analisadas suas atuações tanto dentro do Partido Comunista, como nas Uniões Femininas, na Federação de Mulheres do Brasil e no periódico *Momento Feminino*. As muitas frentes abertas por Arcelina nos possibilitam a percepção da ampla gama de atuação de militantes comunistas, especialmente em um período em que o PCB buscava se aproximar das camadas populares. O objetivo é compreender como o contexto de meados do século XX moldaram a atuação de Arcelina e, simultaneamente, como essa militante forjou as suas experiências dentro daquele cenário, tendo conseguido abrir brechas para a ação coletiva de mulheres.

## **Palavras-chave:**

Arcelina Mochel; PCB; História das Mulheres; História Social do Trabalho.

## **Abstract:**

This research seeks to investigate the trajectory of the communist militant Arcelina Rodrigues Mochel, from her youth in Maranhão to her active militancy in Rio de Janeiro during the 1940s and 1950s. Arcelina's work is analyzed both within the Communist Party, as in the Feminine Unions, in the Federation of Women of Brazil and in the periodical *Momento Feminino*. The many fronts opened by Mochel allow us to understand the wide range of activities of communist militants, especially in a period when the Brazilian Communist Party sought to approach the grassroots. The aim is to comprehend how the context of the mid-twentieth century shaped Arcelina's practice and, simultaneously, how this militant, through her experiences, managed to open gaps for action within that scenario, having managed to open gaps for the collective action of women.

## **Keywords:**

Arcelina Mochel; PCB; Women's History; Labor History; Social History.

## **Sumário**

Introdução	9
Capítulo 1	
Do Maranhão à Câmara Municipal do Distrito Federal (1918-1947)	13
Capítulo 2	
O mandato encurtado, o Momento Feminino e a FMB (1947-início da década de 1950)	19
Considerações finais	37
Referências bibliográficas	40

## **Lista de abreviaturas e siglas**

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DPS – Divisão de Polícia Política e Social

EUA – Estados Unidos da América

FDIM – Federação Democrática Internacional de Mulheres

FMB – Federação de Mulheres do Brasil

FSM – Federação Sindical Mundial

ONU – Organização das Nações Unidas

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## Lista de ilustrações

- Figura 1: Cartazes divulgando a candidatura das únicas pecebistas eleitas como vereadoras no Rio de Janeiro em 1947, Arcelina Mochel e Odila Michel Schmidt. 17
- Figura 2: Casamento de Arcelina Mochel e Masao Goto (centro) na sede da ABI. À sua esquerda, Eline Mochel. Em pé, entre o casal, com vestimentas escuras, Odila Schmidt. 22
- Figura 3: À direita, de vestido preto e segurando uma pasta, Arcelina no II Congresso Mundial de Mulheres, em Budapeste. 23
- Figura 4: Matéria do jornal Diário da Noite de 31 de julho de 1951 anexada ao dossiê da Federação de Mulheres do Brasil. Nela, o Congresso Nacional das Mulheres é ironizado e a suposta extravagância da comemoração posterior é denunciada. 26
- Figura 5: Reunião do Conselho Nacional da FMB, em 1950. Ao centro, na primeira fileira, Arcelina Mochel. 24
- Figura 6: Cartaz da Federação de Mulheres do Brasil convocava as mulheres à defesa de seus filhos. 29

*É com coragem que dizemos aos senhores opressores, aos donos dos latifúndios, aos prepostos dos imperialistas que a nossa atitude em combatê-los está definida.*

*Arcelina Mochel, Momento Feminino*

## Introdução

Os anos que seguiram o fim da ditadura de Getúlio Vargas até o início da ditadura civil-militar de 1964 são caracterizados como o período da República Democrática no Brasil. Foi nesse momento que uma democracia foi implantada a partir da Constituição de 1946. No entanto, uma análise mais aprofundada nos permite questionar os limites de tal democracia. Entre 1946 e 1964 houve períodos de severa repressão aos movimentos sociais e organizações políticas de esquerda, especialmente durante os anos de Guerra Fria. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, União Soviética e Estados Unidos deram início a uma intensa disputa político-ideológica por zonas de influência para os blocos comunista e capitalista, respectivamente. É nesse contexto que Eurico Gaspar Dutra assume o poder no Brasil, em 1946, construindo uma política de forte alinhamento aos Estados Unidos e, conseqüentemente, mantendo o distanciamento varguista aos soviéticos. Em razão disso, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que havia sido legalizado com o fim do Estado Novo (1937-1945), foi novamente posto na ilegalidade durante o governo Dutra. Mesmo diante de tal contexto, marcado pelo cerceamento das liberdades políticas, arrocho salarial e falta de investimentos públicos, o PCB assistia a um forte crescimento de seus afiliados e aumento de representantes eleitos.

A atuação do PCB entre os anos 1945 e 1964 parece ter despertado o interesse de parte da historiografia, que buscou traçar a atuação de muitos dos homens que se destacaram nesse período. No entanto, a militância encabeçada pelas mulheres comunistas na primeira metade do século XX ainda ocupa pouco espaço no universo de pesquisas sobre o tema, sendo perceptível um apagamento das mulheres como agentes de transformação (FERREIRA, 2006; GOMES, 2005; FERREIRA; DELGADO, 2020). Suas atividades parecem surgir apenas a partir da década de 1960, momento sobre o qual historiadores e historiadoras se

debruçaram com mais afinco em termos de gênero<sup>1</sup>. Antes disso, muitas das pesquisas sobre a atuação do Partido Comunista destacaram nomes como Luís Carlos Prestes, João Amazonas, José Maria Crispim, Maurício Grabois, Carlos Marighella, Pedro Pomar, entre outros. As mulheres que atuaram no intervalo entre 1945 e 1964 ainda se apresentam como importantes lacunas de estudo na historiografia brasileira. É num esforço de recuperar a trajetória dessas militantes que o presente trabalho investiga a atuação de Arcelina Rodrigues Mochel.

Um dos principais referenciais teóricos da presente pesquisa é a História das Mulheres, afinal, trata-se de um trabalho que busca não somente inserir as mulheres em um espaço historiográfico geralmente reservado aos homens, mas também analisar suas trajetórias em sua complexidade. A partir da década de 1980, multiplicaram-se as pesquisas que buscavam “destacar as vivências comuns, os trabalhos, as lutas, as sobrevivências, as resistências das mulheres no passado” (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 287-288). Nesse sentido, historiadores e historiadoras passaram, cada vez mais, a retomar fontes antigas e buscar por novas documentações que revelassem a presença e agência femininas em eventos históricos de onde antes haviam sido apagadas. Tilly (1994, p. 41) ressalta que não deve-se apenas inserir as mulheres nesses espaços que lhe foram negados, acrescentando-lhes a uma história pronta. Mas, sim, analisar suas implicações, ou seja, vincular as práticas e ideias dessas mulheres à estrutura vigente, percebendo como os sujeitos atuaram sobre seus contextos e vice-versa. Desse modo, é possível compreender de que forma as mulheres não só estiveram presentes no passado, mas também o transformaram. Dentro dessa perspectiva, não pretendo juntar os fragmentos que compõem a biografia de Arcelina Mochel, traçando uma linha do tempo de sua vida. Meu objetivo é entender como sua luta transformou a

---

<sup>1</sup> Ver exemplos em: COLLING, Ana Maria. A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1997; COLLING, Ana Maria. 50 anos da ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. *OPSI*, v. 15, n. 2, p. 370-383, 19 dez. 2015; TELES, Maria Amélia de Almeida. O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar. *Bauru*, v. 2, n. 2, p. 9-18, jun. 2014; RIBEIRO, Maria Claudia Badan. *Mulheres na luta armada: protagonismo feminino na ALN*. São Paulo: Alameda, 2018; RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 113-128, 1990; RIGONATI, Denise Truguilho. *Ainda choram Marias e Clarices: mulheres, guerrilheiras e pecebistas na resistência à ditadura militar no Brasil*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

estrutura que a cercava e, simultaneamente, como tal estrutura moldou sua atuação.

Parto de uma compreensão thompsoniana de que uma vida não deve ser entendida como uma sucessão de acontecimentos, mas como parte de uma rede que envolve o indivíduo, as relações que esse constrói e as estruturas que compõem a realidade na qual está inserido (MARTINS, 2006, p. 119). Nesse sentido, buscarei compreender a trajetória de Arcelina Mochel em sua complexidade, trazendo luz ao caráter multifacetado de suas experiências. O esforço é de analisar como a paisagem política, social e econômica das décadas de 1940 e 1950 moldou sua atuação e como ela, através de suas experiências, abriu brechas para ação dentro daquele contexto, alterando práticas e pensamentos dominantes. Também fundamental será a perspectiva interseccional adotada neste trabalho, isto é, a compreensão de que as relações de poder que envolvem raça, classe, gênero, sexualidade, etnia, idade, dentre outras categorias, não são “entidades distintas e mutuamente excludentes” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 17). Nesse sentido, essa pesquisa é guiada pela noção de que essas categorias se sobrepõem e estão presentes em todos os aspectos da vivência em sociedade.

O primeiro capítulo abarca os primeiros trinta anos de vida de Arcelina Mochel. De forma breve, sua juventude no Maranhão é apresentada, especialmente a experiência como aluna na Faculdade de Direito do estado. Como estudante, ela iniciou sua trajetória política, que lhe acompanharia pelo resto de sua vida. Foi nesse período também que começou a atuar como professora e advogada, profissões que moldaram todo seu exercício político a partir de então. Esse capítulo mostra como Mochel partiu do Maranhão para o Distrito Federal, candidatando-se a deputada federal e, mais tarde, eleita vereadora pelo Partido Comunista. Sua jornada é costurada com o contexto de reorientação do PCB no início dos anos 1940. O “novo fazer político” (SOARES, 2021, p. 258) do partido abriu brecha para a atuação incisiva de Arcelina, da mesma forma que seu trabalho junto às periferias cariocas moldou a nova prática pecebista. Por fim, essa seção do trabalho explora a cassação dos parlamentares comunistas, incluindo Mochel.

O segundo capítulo aborda a intensa atuação de Arcelina Mochel a partir de seu afastamento da política institucional. Um dos seus meios de luta foi o periódico *Momento Feminino*, do qual foi diretora e redatora por quase dez anos. Através da análise de sua coluna, o trabalho traça as pautas privilegiadas por Arcelina na sua luta política. A militante atuou também através da Federação de Mulheres do Brasil, instituição da qual foi uma das fundadoras e aonde atuou como secretária-geral. Foi através da FMB e do *Momento Feminino* que Mochel auxiliou no estabelecimento de importantes pontes entre as chamadas Uniões Femininas e as organizações femininas estaduais, federais e internacionais. Suas viagens também são abordadas de forma breve nesse capítulo, de modo a demonstrar que seu trabalho estava ligado a uma agenda internacional de organizações femininas e comunistas. Por fim, esta seção mostra como os ataques à esquerda, mesmo dentro de um regime democrático, acabaram por sufocar tanto o *Momento Feminino* como a FMB, limitando o espaço de luta de Arcelina Mochel na segunda metade da década de 1950.

## Capítulo 1 – Do Maranhão à Câmara Municipal do Distrito Federal (1918-1947)

Nascida no dia 28 de outubro de 1918 em São Luís, Arcelina era uma dos oito filhos de Ercília Rodrigues e José Augusto da Silva Mochel, oficial da Polícia Militar do Maranhão. Todos eles, homens e mulheres, completaram o ensino superior, algo incomum na época. Segundo o Recenseamento de 1920, somente 15.83% da população maranhense sabia ler e escrever. Ao nos atentarmos à um recorte de gênero, a situação se agrava: das 138.431 pessoas que sabiam ler e escrever, apenas 56.441 eram mulheres, o que significa que mulheres alfabetizadas correspondiam a 6.45% da população total do estado do Maranhão. O número baixo de mulheres alfabetizadas aponta para uma taxa ainda menor daquelas que completaram o ensino superior, como fez Arcelina.

Cursou a Faculdade de Direito do Maranhão em meados da década de 1930, onde experienciou ativamente a vida acadêmica. Participou da fundação da Sociedade Acadêmica Maranhense, da qual fazia parte da diretoria como tesoureira<sup>2</sup>. Compôs também a diretoria da Academia de Direito na função de bibliotecária<sup>3</sup>. Ainda durante sua graduação, atuou como professora em diversos colégios, o que foi possível por ter frequentado uma Escola Normal antes de ingressar na Faculdade de Direito<sup>4</sup>. Segundo o Programa Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, 2004, p. 23), como professora, Arcelina alfabetizara José Sarney. Isso teria ocorrido na década de 1930, quando o pai daquele que seria o futuro presidente do Brasil mudou-se para São Luís a fim de trabalhar na Procuradoria-Geral do Estado.

Como estudante de Direito, Arcelina participou do grupo de defesa de Maria Beatriz Ferreira, acusada de assassinato. Apesar de outros advogados

---

<sup>2</sup> Sociedade Acadêmica Maranhense. *O Combate*, Maranhão, ano X, n. 2700, 9 novembro 1934.

<sup>3</sup> Academia de Direito. *Pacotilha*, Maranhão, ano LI, n. 820, p. 4, 23 abril 1937.

<sup>4</sup> Os actos do governo. *O Imparcial*, Maranhão, ano X, n. 5047, p. 8, 30 agosto 1935.

formados terem realizado a defesa formal, Arcelina e um colega tiveram a oportunidade de fazer uma fala a favor da ré. Segundo o periódico *O Imparcial*, os estudantes conseguiram demonstrar no tribunal as “tendências modernas do direito penal, o que veio a confirmar o desenvolvimento intelectual dos nossos jovens conterrâneos”<sup>5</sup>. Homenagens como essa, que ressaltavam a inteligência da jovem acadêmica eram frequentes nos jornais maranhenses, especialmente nos seus aniversários. Apesar do caloroso debate sobre o caso, Maria Beatriz fora condenada a 6 anos de prisão, pena mínima pelo crime de assassinato. É também durante sua graduação que Arcelina começa a se envolver com o universo da política. Em 1933, iniciou sua militância como membro da Juventude Comunista do Maranhão, onde lutou junto aos alunos da Faculdade de Direito, especialmente em questões que atingiam os estudantes mais pobres, como a matrícula gratuita<sup>6</sup>.

Em 1937, antes mesmo de se graduar, Arcelina fora nomeada interinamente como Promotora da Comarca de Coroatá, município no interior do Maranhão, sendo a primeira mulher a exercer o cargo no local. Atuou ainda nas promotorias das comarcas de Flores, São Bento e Baixo Mearim. É importante ressaltar o pouco espaço que as mulheres tinham em posições de poder como a da promotoria, de modo que apenas dois anos antes uma mulher havia sido nomeada pela primeira vez como promotora em São Luís, capital do estado. Em 1941, a Procuradoria Geral do Maranhão realizou o primeiro concurso público para o cargo de promotor, prova em que Arcelina foi aprovada em primeiro lugar. Apesar de ter sido designada para a promotoria da Comarca de Pinheiro, não assumiu o cargo. Segundo relato do seu irmão, Joaquim Mochel, coletado pelo Ministério Público maranhense, Arcelina não assumira o posto pois

(...) desentendeu-se com o promotor Édison Brandão, então procurador-geral do Estado, que teria levado o interventor Paulo Ramos a mandar descontar do ordenado dela, injustamente, despesas que fizera, em nome do Estado, para socorrer jovens vítimas de estupro. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, 2004, p. 24)

---

<sup>5</sup> O jury. *O Imparcial*, Maranhão, ano X, n. 5012, p. 5, 23 novembro 1935.

<sup>6</sup> Panfleto 1987, Fundo de Polícias Políticas, Aperj.

Ainda segundo Joaquim, a decepção com esta ocorrência fizera com que sua irmã se mudasse para o Distrito Federal em 1943.

Durante esse período, o PCB sofria uma reorientação consolidada em sua II Conferência Nacional, conhecida como Conferência da Mantiqueira. A partir de então, o partido passou a caminhar na direção de uma frente única nacional com o objetivo de combater o nazifascismo latente no cenário global. Tal frente ampla incluiria inclusive o governo brasileiro que, mesmo após direcionar extrema violência aos comunistas durante o Estado Novo, naquele contexto tornava-se um aliado estratégico frente a Hitler e Mussolini. Exemplo dessa nova diretriz foi o telegrama assinado por Arcelina Mochel, junto a outros estudantes de direito, na qual prestavam solidariedade a Vargas frente à oposição integralista<sup>7</sup>. Para Arcelina e uma parcela do PCB, o apoio ao Estado varguista era considerado uma estratégia em defesa da democracia. Essa tática permitiu a aproximação entre trabalhistas e comunistas, de forma que ambos defendiam “a saída nacionalista e democrática para o Brasil” (FERREIRA, 2006, p. 30). Assim, adotando um posicionamento de defesa a democracia e da paz mundial, o PCB conseguiu ampliar sua base de suporte, obtendo forte apoio popular. Inaugurava-se, então, o que Soares (2021, p. 258) caracteriza como um “novo fazer político”, no qual o apoio das camadas populares passou a ser central nas campanhas eleitorais, bem como na prática dos candidatos, que passaram a priorizar a escuta e representação das demandas de seus eleitores.

Central nesse processo de aproximação foi a criação de comitês populares democráticos. Segundo Duarte (apud SOARES, 2021, p. 258-259), além de colocarem “os bairros e seus problemas, até então invisíveis, no centro das discussões”, os comitês trouxeram “para o debate público pessoas que não estavam familiarizadas com essas práticas de organização e reivindicação”. Nesse sentido, o PCB conseguiu potencializar a mobilização política em áreas periféricas, atuando como uma ponte entre as demandas populares e o Congresso. Foi no canal de escuta à população aberto pelos comitês populares que mulheres

---

<sup>7</sup> Telegramma de solidariedade. *O Imparcial*, Maranhão, ano XIII, n. 5925, p. 4, 14 maio 1938.

de diversos bairros viram uma brecha para reivindicarem suas demandas. Começaram a surgir, assim, seções femininas dentro dos comitês.

Em 1946, despontaram também as primeiras Uniões Femininas com o propósito de discutir e lutar pelas necessidades das mulheres em escala local. As trabalhadoras passaram a ter um espaço onde suas angústias e urgências eram representadas, mas também onde se informavam sobre a conjuntura do país e do mundo. Soares (2021, p. 259-260) destaca que, assim como os comitês populares, “as Uniões Femininas funcionaram como o braço popular do PCB”. Foi através da intensa atuação nesses espaços que cresceram grandes lideranças do partido, como Arcelina. Mochel foi uma das várias comunistas que esteve presente no cotidiano das Uniões Femininas, subindo favelas e visitando bairros pobres para conhecer as necessidades das mulheres brasileiras. A melhoria da qualidade de vida dessas trabalhadoras foi a pauta que moveu a militância política de Arcelina, que lutou constantemente pela instauração de saneamento básico, transporte público, calçamento das ruas, construção de creches e escolas nas periferias cariocas. De forma fundamental, Mochel pleiteava as demandas dessas mulheres antes invisibilizadas na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

No entanto, antes de ser eleita vereadora no Distrito Federal, candidatou-se ao cargo de deputada federal pelo PCB nas eleições de 1945. Naquele ano foram convocadas as primeiras eleições depois do fim da ditadura de Getúlio Vargas. Era também o primeiro processo eleitoral em que o PCB participaria legalmente desde a sua criação em 1922. Por essa razão, mas não somente, o partido cresceu exponencialmente nesse período, passando de cerca de cinco mil membros à 200.000 inscritos (VINHAS apud MONTEIRO, 2012, p. 93). A alta adesão também poderia ser explicada pela reorientação do partido a partir da Conferência da Mantiqueira, afinal as novas diretrizes focadas na defesa da democracia, abarcavam um maior número de apoiadores. A aproximação entre o PCB e as camadas populares também permitiu o surgimento de diversos candidatos provenientes da classe trabalhadora, garantindo uma maior identificação entre candidato e eleitor. Em sua análise sobre a campanha de 1945, Claudia Monteiro traça ainda outras razões para o impressionante aumento de visibilidade do partido

nesse período. Segundo a autora (2012, p. 93), deve-se considerar também o prestígio de Prestes e dos comunistas de forma geral no contexto do pós-guerra e a conjuntura nacional pós-Estado Novo de luta por anistia, democratização e união nacional. Essas razões fizeram com que o partido elegeesse a quarta maior bancada na Assembléia Nacional Constituinte em 1945, formada por quinze deputados e um senador<sup>8</sup>.

Em janeiro de 1947, novas eleições escolheriam governadores, senadores, deputados federais e estaduais. Na capital do país também elegeriam-se vereadores, cargo para o qual Arcelina candidatou-se e foi eleita com 3.704 votos (BRASIL, 1950, p. 114). O PCB ocupou o maior número de cadeiras (18) da Câmara Municipal do Distrito Federal, a qual Mochel fazia parte. A única outra mulher eleita como vereadora no Rio de Janeiro pelo partido naquele ano foi Odila Michel Schmidt, operária da Light.



Figura 1: Cartazes divulgando a candidatura das únicas pecebistas eleitas como vereadoras no Rio de Janeiro em 1947, Arcelina Mochel e Odila Michel Schmidt. Acervo: Fundo de Políticas Políticas/ APERJ.

No entanto, a legalidade do PCB não duraria muito. Em maio daquele mesmo ano, o Tribunal Superior Eleitoral cassou o registro eleitoral do partido, que obtivera nas últimas duas eleições mais de meio milhão de votos (POMAR, 2002, p. 37). A justificativa era de que o PCB não seria um partido brasileiro, mas um representante dos interesses da União Soviética no Brasil. Poucos meses depois, no dia 8 de janeiro de 1948, o mandato dos parlamentares comunistas

<sup>8</sup> Carlos Marighela (BA); Luís Prestes (DF); Batista Neto (DF); João Amazonas (DF); Maurício Grabois (DF); Agostinho de Oliveira (PE); Alcedo Coutinho (PE); Gregório Bezerra (PE); Abílio Fernandes (RS); Trifino Correia (RS); Alcides Sabença (RJ); Claudino Silva (RJ); Caires de Brito (SP); Jorge Amado (SP); José Crispim (SP); Osvaldo Pacheco (SP).

foram cassados, incluindo o de Arcelina Mochel. Em entrevista coletada pelo *Momento Feminino*, funcionários da Câmara Municipal lamentavam a perda da vereadora<sup>9</sup>. Ana Quadros, estenógrafa, afirmou que Arcelina “vivia defendendo a mulher” e que era, em sua opinião, “a melhor das vereadoras”, estando sempre a frente para defender os moradores nos casos de demolições de barracos e favelas. A taquígrafa Perciliana Augusta da Silva concordava, dizendo em seu depoimento sobre Mochel que sua vida era “ir às favelas, aos morros e a todos os lugares onde o povo sofre e luta”. Maria Pedrosa descreveu a vereadora como “o tipo da mulher enérgica e decidida”. Tais qualidades foram confirmadas por sua colega Juraci Ricão, que ao relatar a atuação de Mochel na Câmara, testemunhou que, muitas vezes, ao chegar às sete da manhã para começar a trabalhar, já encontrava Arcelina e Odila “atendendo à inúmeras comissões que madrugavam na porta da Câmara à sua procura”. A ausência de Arcelina Mochel, Odila Schmidt e seus companheiros na Câmara inauguravam, assim, mais um longo período de clandestinidade para o Partido Comunista no país.

---

<sup>9</sup> Falam as funcionárias da Câmara Municipal. *Momento Feminino*, ano I, n. 26, p. 6, 16 janeiro 1948.

## Capítulo 2 –

### O mandato encurtado, o Momento Feminino e a FMB (1947- início da década de 1950)

Na segunda metade da década de 1940, o Brasil foi governado por Marechal Eurico Gaspar Dutra, do Partido Social Democrático (PSD). Naquele período, o fim da Segunda Guerra Mundial inaugurava uma intensa disputa por hegemonia entre Estados Unidos e União Soviética. Nesse cenário, Dutra firmou seu posicionamento junto ao bloco capitalista, passando a adotar uma política claramente liberal e de intensa repressão à classe trabalhadora. Singer (apud. FERREIRA, 2019, p. 141), descreve a postura desse governo como “extremamente conservadora: solícito para a classe capitalista, duro para as classes trabalhadoras”. Tratou-se de um período de crescente empobrecimento dos trabalhadores brasileiros, situação pela qual Arcelina Mochel lutou contra mesmo após ter tido seu mandato cassado. Sua atuação em meio às Uniões Femininas e associações de bairro manteve-se firme. Uma de suas grandes contribuições foi a fundação, junto de outras militantes, do periódico *Momento Feminino*, cuja primeira edição foi publicada em 26 de junho de 1947. Por dez anos circulou entre várias cidades do Brasil convocando as trabalhadoras para a luta contra a precariedade e em favor de suas liberdades e direitos. Nesse sentido, cumpria um importante papel de conectar essas mulheres às Uniões Femininas dos bairros próximos, fornecendo informações sobre essas organizações e como poderiam ser encontradas.

A diretoria do *Momento Feminino* era composta, em sua maioria, por militantes comunistas como Arcelina Mochel<sup>10</sup>. Ela atuava junto de sua irmã, a médica Eline Mochel, Beatriz Bandeira, Alina Paim, Jacinta Passos, Lia Corrêa Dutra e Maura de Sena. Além das militantes comunistas, outras mulheres de orientações políticas diversas colaboravam frequentemente com o periódico,

---

<sup>10</sup> No momento de fundação do jornal, o painel da diretoria era composto da seguinte forma: Arcelina Mochel (diretora); Lia Correa Duarte (redatora-chefe); Silvia Leon Chalreo (secretária); Eneida Costa de Moraes e Maura Sena Pereira (redatoras); Heloisa Ramos (gerente) e Glória Cordeiro de Andrade (chefe de publicidade).

como Nuta Barthes, Ligia Maria Lessa Bastos e Alice Tibiriçá. Apesar das diferenças ideológicas, as mulheres que compunham a direção e a redação do *Momento Feminino* uniam-se em suas atuações dentro do movimento feminino.

O periódico aparentava seguir o modelo da chamada “imprensa feminina”, que através de dicas de saúde, moda, beleza, culinária, teatro, cinema e literatura, buscavam difundir a feminilidade hegemônica do período. Esse formato possivelmente lhe garantiu a longa permanência em circulação em um período de forte repressão aos movimentos sociais, especialmente aqueles encabeçados por comunistas. O objetivo do PCB com a criação do periódico era atrair as trabalhadoras para a participação política (SOARES, 2021, p. 323). Assim, apropriaram do modelo de sucesso da imprensa feminina mas de modo a subvertê-la, propagando valores e modelos de feminilidade diversos do hegemônico. Desse modo, as militantes comunistas pretendiam incentivar as trabalhadoras, especialmente as periféricas, a assumir um lugar de centralidade no fazer político. A posição de mãe e dona de casa, ao contrário de ser abordada como local de subserviência, era apresentada como um potencial de luta. Afinal, eram essas mulheres que viam em suas mesas o resultado da carestia de vida, que sentiam na pele a dor de perder seus filhos e que observavam as carências em seus bairros. Arcelina Mochel reforça essa ideia na coluna Nossos Problemas<sup>11</sup>:

Com a Lei constitucional defenderemos nossos lares, venceremos os açambarcadores, os ricos dos monopólios; garantiremos teto, saúde, instrução, amparo à infância e à velhice, a palavra e a ação. E porque a mulher esteja interessada na solução desses problemas, que também são seus, coloca-se na vanguarda da luta organizada pela democracia, pela independência, pela Lei.

As trabalhadoras eram alçadas, assim, a um papel central na luta por uma sociedade mais justa.

A centralidade da maternidade no discurso utilizado pelas Uniões Femininas e organizações de mulheres na época, conscientemente ou não, eram um atrativo para as trabalhadoras. Como aponta Soares (2021, p. 309), tratava-se de um período com escassos mecanismos de controle de concepção, de modo que

---

<sup>11</sup> MOCHEL, Arcelina. Nossos problemas. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, ano I, n. 2, p. 2, 1 agosto 1947.

a maternidade acabava por ser uma experiência compartilhada pela grande maioria das mulheres. Nesse sentido, a utilização da categoria de mãe como forma de uni-las em prol da luta política se mostrava bastante eficaz, como pode-se observar na coluna Nossos Problemas, redigida por Arcelina<sup>12</sup>:

Hoje, ao contemplar a tranquilidade de minha filha no seu sono de recém-nascida e ao vê-la despertar com um olhar muito vivo e feliz, lembro-me das nossas responsabilidades de mães, dia a dia crescentes, ante as ameaças de uma nova guerra, que arrastaria os povos a profundos sofrimentos e misérias. Não há quem possa esquecer os 13 milhões de órfãos que povoam o mundo, sacrificados pela guerra passada. São crianças que tinham carinho e afeto constantes dos parentes, tinham teto, leite, escolas e brinquedos; crianças que diziam “mamãe” e “papai” e podiam ser felizes. Veio a hecatombe, perderam seus lares, o beijo materno, o afago dos pais, que tombaram nas batalhas ou foram sacrificados nos campos de concentração. E a esses órfãos restaram a tristeza profunda para toda a existência, as mutilações e um estado neurótico ainda não superado. Eis o que se ganha numa guerra. Mas, queridas amigas, são essas mesmas crianças que nos olham angustiadas gritando a todas as mães de todos os países, que de nós dependerá a repetição de seus sofrimentos em outros milhões de órfãos, mutilados e desajustados. Terão direito essas crianças de nos acusar no futuro, se, hoje, não lutarmos para assegurar-lhes uma vida de conforto, de progresso e de tranquilidade? Que nos resta fazer? Cruzar os braços indiferentes ou amedrontadas ante as ameaças crescentes e preparação acelerada da guerra? Não, minhas amigas. As vozes das crianças do mundo inteiro não saem dos nossos ouvidos e para responder-lhes devemos fortalecer nossa união contra os fazedores de guerra, fortalecendo o trabalho das mulheres, por sua emancipação e pela felicidade de seus lares. Nosso dever é impedir a destruição, a carnificina, o luto, que virão depois de uma luta desumana entre os povos. Contemplando o semblante sereno de minha filha, vejo as crianças de todas as pátrias num olhar de angústia para as mães, como que a pedir garantias de vida, tranquilidade, esperanças, direito de sorrir e de ter pais, num mundo de verdadeira Paz, que todos merecem e que a todos deveria ser dado.

No trecho acima, Arcelina faz uso da sua experiência na maternidade como forma de chamar outras mães para a luta a favor da paz. Seu discurso parece apontar para a ideia de que as mulheres, como mães, devem lutar para manter a sobrevivência de sua prole, bem como seu bem estar. De fato, as militantes comunistas não pareciam romper com a associação direta entre o papel da mulher com o de mãe. No entanto, tal apropriação da maternidade possivelmente garantiu a aproximação crescente entre trabalhadoras de todo o país às organizações femininas.

Além de atuar como diretora do jornal, Arcelina Mochel também foi redatora em grande parte de suas edições. Era responsável pela coluna “Nossos

---

<sup>12</sup> MOCHEL, Arcelina. Nossos problemas. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, ano II, n. 58, p. 2, 29 abril 1949.

Problemas”, posicionada logo após a capa, onde abordava assuntos cotidianos de interesse das mulheres brasileiras, como a carestia, o “câmbio negro”, a fome, a precariedade dos transportes e moradias, a falta de saneamento básico, os despejos, a desigualdade salarial entre homens e mulheres, a exploração da classe trabalhadora, a violência policial, a mortalidade infantil, a falta de creches, as crises hídricas, entre outros. Além disso, denunciava a falta de liberdades políticas, o imperialismo norte-americano e a intenção do governo Dutra em enviar jovens soldados brasileiros para lutarem ao lado dos EUA na Guerra da Coreia. Ao mesmo tempo que fazia denúncias, seus textos apontavam para a necessidade das mulheres se organizarem politicamente a fim de lutarem em busca da melhoria de tais condições. Assim, a coluna escrita por Mochel parecia cumprir dupla funcionalidade: a de informar a leitora sobre situações presentes e a de convocá-la para organizar-se politicamente a fim de transformar tal realidade. Complementarmente, a coluna “Atividades femininas”, localizada no fim de cada edição, expunha as atividades de uniões, associações e organizações de mulheres, apresentando às leitoras os diferentes grupos femininos atuantes e suas tarefas nos diferentes bairros e setores.

Em 1948, ano seguinte a fundação do *Momento Feminino*, Arcelina Mochel casou-se com Masao Goto, cientista no Instituto Oswaldo Cruz, com quem teve seis filhos.



Figura 2: Casamento de Arcelina Mochel e Masao Goto (centro) na sede da ABI. À sua esquerda, Eline Mochel. Em pé, entre o casal, com vestimentas escuras, Odila Schmidt. Acervo pessoal de Marcia Mochel.

Mais tarde no mesmo ano, Arcelina foi uma das quatro correspondentes a compor a delegação brasileira no II Congresso Mundial de Mulheres, em Budapeste. Nessa ocasião, o governo húngaro cedera o Palácio do Parlamento para a realização do evento organizado pela Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM). Arcelina, representando o *Momento Feminino*, foi acompanhada de Nise Figueiredo, ligada ao Instituto Feminino de Serviço Construtivo, Nair Batista, representante do Comitê de Mulheres Pró-Democracia e Dijanira, representante de São Paulo. As quatro, no entanto, não chegaram a tempo para a inauguração do evento, pois seus trens passariam por uma área ocupada pelos americanos e o Bureau Militar Americano negara os vistos de seus passaportes. Sem poderem viajar por terra, buscaram chegar até Budapeste de avião, mas novamente foram impedidas devido à neblina que não permitia que pousassem em Praga.

Tais obstáculos fizeram com que a delegação brasileira perdesse dez dias de viagem, de modo que aterrissaram na Hungria no dia seguinte ao encerramento do Congresso. Havia, no entanto, outras delegações atrasadas, o que motivou a organização do evento a preparar um novo programa para atendê-las. Além de participarem de reuniões, visitas e recepções, as delegadas assistiram um filme do Congresso que havia sido transmitido.



Figura 3: À direita, de vestido preto e segurando uma pasta, Arcelina no II Congresso Mundial de Mulheres, em Budapeste. Fonte: *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, ano I, n. 54, p. 2, 7 janeiro 1949.

Segundo Arcelina,

O II Congresso foi um verdadeiro brado de alerta contra a guerra, contra aqueles que esmagam povos. No vasto salão do Parlamento ecoavam os informes da situação de vida de cada povo, em verdadeiros apelos à união cada vez maior de todas as mulheres, em favor da libertação de povos oprimidos e de crianças sacrificadas.<sup>13</sup>

Seu relato esclarece a principal resolução das 500 delegadas que compareceram ao II Congresso Mundial de Mulheres: a afirmação da paz mundial. A temática vinha sendo recorrente desde 1945, data de encerramento da Segunda Guerra Mundial, quando o mundo ainda vivia o temor latente de novos conflitos. Foi dessa luta contra a guerra e a favor da paz mundial que muitas organizações femininas, nacionais e internacionais, surgiram. No próprio ano de 1945, a FDIM surgira como produto da primeira edição do Congresso Mundial de Mulheres, ocorrido em Paris.

Em maio de 1949, Arcelina Mochel participou da fundação de uma dessas organizações, a Federação de Mulheres do Brasil (FMB). A organização fora o resultado de uma conferência nacional feminina que havia acontecido no Rio de Janeiro, reunindo grupos feministas de diversas partes do país. O objetivo principal era construir um movimento nacional e unificado de mulheres para tratar de “questões relativas aos seus direitos, à proteção, à paz mundial, mas principalmente mobilizar campanhas contra a carestia de vida” (SCHUMA; BRASIL, 2000, p. 226).



<sup>13</sup> Regressam ao Brasil as mensageiras da Paz. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, ano I, n. 54, p. 2, 7 janeiro 1949.

Figura 5: Reunião do Conselho Nacional da FMB, em 1950. Ao centro, na primeira fileira, Arcelina Mochel. Fonte: *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, ano III, n. 70, p. 1, 15 julho 1950.

Assim, a FMB surgiu como uma organização que coordenaria a ação conjunta de uniões e associações femininas de todo o país, visitando várias delas e recebendo relatórios sobre suas atividades. A FMB atuava ainda na negociação de preços mais baratos diretamente com o governo federal, de modo a fornecer mercadorias como tecidos e alimentos às Uniões Femininas que, por sua vez, as distribuíam para as mulheres de regiões periféricas (SOARES, 2021, p. 297-298).

Arcelina atuava como secretária-geral, enquanto Alice Tibiriçá ocupava o cargo de presidente da FMB no momento de sua inauguração. No ano seguinte, no entanto, Tibiriçá faleceu, de modo que Branca Fialho assumiu a presidência da entidade. A direção da FMB era composta por mulheres progressistas, sendo grande parte delas associadas ao PCB. Ao avaliar o impacto da federação, Alves afirma que a FMB “provavelmente, representou a primeira tentativa mais consequente promovida por mulheres de esquerda no sentido de reunir feministas de todo o país em prol de um objetivo comum” (ALVES, 2015, p.12). Nesse sentido, Arcelina fora uma das fundadoras de uma crucial iniciativa feminina no Brasil, que atuou durante toda a década de 1950.

Por ser uma instituição coordenada por militantes comunistas em um período de intensa perseguição, a FMB era constantemente monitorada pela polícia política. Em um relatório da Divisão de Polícia Política e Social sobre as atividades da federação, o chefe da seção afirma que tratava-se de uma organização auxiliar do extinto PCB,

[...] sendo estruturada nos moldes desse Partido, com comitês de bairro, propagandas subversivas, etc. A ela estão subordinadas as Federações Estaduais, com suas Uniões e Centros femininos, em sua totalidade dirigidos e controlados por conhecidos agitadores comunistas.<sup>14</sup>

Informes detalhados como esse são frequentes, sistematizando, inclusive, a quantidade de filiadas, organizações femininas, núcleos de bairro e comissões ligadas ao FMB em cada estado. Eram também monitorados os eventos

---

<sup>14</sup> Informação nº 04125, Dossiê Federação de Mulheres do Brasil, Fundo de Polícias Políticas, Aperj.

organizados pela federação e aqueles a que suas delegadas compareciam. Em uma apuração de informações coletadas sobre a o I Congresso Nacional da Mulheres, que seria realizado entre os dias 28 e 30 de julho de 1951, a polícia política mostra seu esforço em reunir o máximo de dados possíveis<sup>15</sup>. Além dos nomes das delegadas de cada estado que compareceriam ao evento, o boletim informava o temário, horário e local de cada encontro. À relatórios como esses, a polícia política anexava documentos como panfletos e matérias de jornal.



Figura 4: Matéria do jornal Diário da Noite de 31 de julho de 1951 anexada ao dossiê da Federação de Mulheres do Brasil. Nela, o Congresso Nacional das Mulheres é ironizado e a suposta extravagância da comemoração posterior é denunciada. Acervo: Fundo de Políticas Políticas/ APERJ.<sup>16</sup>

O fim dos anos 1940 e início da década seguinte foram de intensa movimentação social no Brasil. Arcelina, através da FMB, do *Momento Feminino* e das conexões que estabeleceu com outras organizações, atuou na Campanha do Petróleo, no movimento contra a Lei de Segurança Nacional e na luta contra o Acordo Militar entre Brasil e Estados Unidos, além de sua constante militância contra a carestia e a precarização da vida das trabalhadoras.

Nesse período, Getúlio Vargas (PTB) retornara à presidência do país, sendo eleito com 48,73% dos votos nas eleições de 1950. Sua administração herdou algumas questões que se iniciaram no governo Dutra, como por exemplo o problema da exploração do petróleo no Brasil. Em 1947, o então presidente havia

<sup>15</sup> Dossiê Federação de Mulheres do Brasil, p. 21-23, Fundo de Políticas Políticas, APERJ.

<sup>16</sup> Dossiê Federação de Mulheres do Brasil, p. 35, Fundo de Políticas Políticas, APERJ.

designado uma comissão para integrar o Estatuto do Petróleo, responsável por solucionar a questão. Segundo as análises desse grupo, o Brasil não seria capaz de explorar o petróleo integralmente, pois não teria verbas suficientes nem técnicos qualificados o bastante para realizar o processo completo (LAMARÃO; MOREIRA). Nesse sentido, o Estatuto proposto por Dutra desagradou tanto os grandes trustes que pretendiam explorar o petróleo no Brasil quanto os nacionalistas que defendiam que esse processo fosse realizado pelo Estado brasileiro.

Foi a partir daí que teve início a Campanha do Petróleo, da qual Arcelina fazia parte. Em sua coluna no *Momento Feminino*, escreve contra o Estatuto do Petróleo proposto pelo Governo Dutra:

Outra coisa que se sente é o pretensioso desvio do combate ao estatuto entreguista em toque de caixa na Câmara, para o problema da compra dessas refinarias, como ponto terminal da campanha popular. Aí deve residir toda a nossa atenção, porque o sr. Odilon Braga, autor do estatuto em suas últimas declarações, procura torcer o nosso raciocínio, com a falsa análise de que o estatuto deve ser aprovado, principalmente agora que o ato do sr. Gaspar Dutra “golpeia” as empresas estrangeiras, que por ventura quisessem dominar nosso mercado. Isso é falso, pois o estatuto do sr. Odilon Braga dá às empresas estrangeiras a participação de 40% do capital das destilarias. Só este fato constituiria uma ameaça à nossa economia e quanto mais que sabemos que os 60% de capital nacional poderiam pertencer aos “testas de ferro” do capital monopolista ianque, o que, aliás, já é um fato concreto nas primeiras compras de refinarias. Por outro lado, a pressão abbinkista seria inevitável no sentido de nos fornecer óleo bruto para domínio de nossas destilarias e a venda dos refinados. A aprovação do estatuto entreguista irará essas sérias consequências e devemos estar muito alertas e e unidos contra tão monstruoso atentado à economia nacional.<sup>17</sup>

Assim como o grupo de nacionalistas que encabeçavam a Campanha, conhecida pelo seu slogan “O petróleo é nosso”, Mochel se opunha ao projeto de abertura da exploração de petróleo, defendendo sua nacionalização. A Campanha seguiu em vigor durante a vigência do governo de Getúlio Vargas. Com a intensa mobilização popular em volta da questão, o presidente aprovou, em 1953, a Lei nº 2.004, que estabelecia a criação da Petróleo Brasileiro S. A (Petrobras), empresa totalmente nacional, “com participação majoritária da União, encarregada de

---

<sup>17</sup> MOCHEL, Arcelina. Nossos problemas. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, ano II, n. 51, p. 1, 22 outubro 1948.

explorar, em caráter monopolista, diretamente ou por subsidiárias, todas as etapas da indústria petrolífera, menos a distribuição” (LAMARÃO; MOREIRA).

Ainda no fim dos anos 1940, Arcelina Mochel envolveu-se também na campanha contra a Lei de Segurança Nacional. Aprovada em 1935, antes mesmo do período ditatorial de Vargas, a lei buscava contornar as liberdades garantidas pela recém aprovada Constituição de 1934. A Lei nº 38/1935 proposta pela administração de Vargas autorizava a repressão de qualquer contestação ao governo (SOUSA, 2020, p. 45). Um dos grupos fortemente atingidos pela determinação foi a esquerda que, de forma geral, se opunha constantemente a Vargas. Mesmo após a queda de seu governo, em 1945, a Lei de Segurança Nacional foi mantida nas cartas constitucionais posteriores. Houve, no entanto, na segunda metade da década, uma discussão sobre a pertinência da legislação no contexto pós-ditatorial. A discussão foi aberta a partir da tentativa do governo Dutra em aprovar uma nova Lei de Segurança Nacional, agora formulada no período democrático para “amparar e proteger o Estado”<sup>18</sup>. A esquerda se movimentou ativamente contra a proposição da nova legislação, defendendo um Estado democrático de fato, que não cerceasse as liberdades dos cidadãos brasileiros. Arcelina Mochel, escrevendo para o *Momento Feminino*, afirmava:

Urge o levantamento de protestos femininos contra a tal Lei de Segurança do Estado, que nada mais representa senão uma desmoralização à nossa cultura e evolução política. Façamos surgir barreiras à aprovação desse estatuto, elevemos nossa voz destemidamente de combate a tal lei. Trabalhem pelo surgimento de uma poderosa frente nacional de defesa da consciência democrática brasileira, que repele completamente uma lei injusta, extemporânea e vergonhosa. Este problema não nos é novo. É, entretanto, nesta hora, urgente!<sup>19</sup>

A militante apontava para a importância da movimentação das mulheres contra a formulação da nova versão da Lei de Segurança Nacional. O projeto de renovação da legislação não foi para frente, no entanto, a norma formulada por Vargas

---

<sup>18</sup> SILVEIRA, Joel. Notícias políticas. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 7589, p. 4, 23 julho 1947.

<sup>19</sup> MOCHEL, Arcelina. Nossos problemas. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, ano I, n. 42, p. 2, 18 junho 1948.

continuou em vigência durante o governo Dutra. Seria só em 1953 que a Lei n. 1802/1953 a substituiria.

O autoritarismo das administrações Vargas e Dutra expressou-se também na política externa. Nos anos iniciais da década de 1950, a Organização das Nações Unidas (ONU) solicitou ao Brasil que enviasse tropas para lutarem ao lado dos Estados Unidos na Guerra da Coreia. Tal possibilidade fora fortemente combatida pelos nacionalistas, que viam tal decisão como mais um exemplo do “entreguismo” que vinha caracterizando as últimas administrações presidenciais. Lutaram contra o envio de soldados brasileiros à Coreia, especialmente, as mulheres. Mães de todo o país mobilizavam-se buscando garantir a sobrevivência de seus filhos que, sem preparo para enfrentarem uma guerra de tamanha dimensão, poderiam ser dizimados.



Figura 5: Cartaz da Federação de Mulheres do Brasil convocava as mulheres à defesa de seus filhos. Acervo: DEAP.

Além de clamarem contra o envio de seus familiares, as organizações femininas denunciavam o anti-patriotismo de um possível acordo militar entre Brasil e EUA, que beneficiaria muito mais aos norte-americanos que aos brasileiros, de modo que a este último restariam as mortes, despesas e miséria. Em circular assinada por Arcelina Mochel (secretária-geral) e Branca Fialho (presidente), a Federação de Mulheres do Brasil analisava pontos nocivos do acordo militar:

O art. 1º, em seu parágrafo 5º, estabelece que o governo brasileiro fica na obrigação de arcar com as despesas da “Assistência”, o que significa maiores despesas para o povo brasileiro, conseqüentemente o aumento do custo de vida, o aumento da fome, menos escolas para os nossos filhos, etc. No art. 1º § 6 e no art. 11, verifica-se que o governo brasileiro se obriga a tomar medidas especiais de segurança para evitar que se divulguem detalhes sobre a execução do acordo, só dando publicidade ao que julgar conveniente. Isto significa aumentar a onda de terror desencadeada contra os patriotas brasileiros, trazendo a intranquilidade para os nossos lares. O art. 10, por fim obriga o Brasil, na medida em que o permitam “Seus recursos humanos”, riquezas naturais e facilidade, a participar do “poder defensivo do Hemisfério Ocidental e do Mundo Livre”. Ora, isto significa a formação de contingentes militares e conseqüentes envio de tropa para a Coréia ou qualquer outra parte onde os referidos governos acharem que estão defendendo o Hemisfério Ocidental e o “mundo livre”. As mães brasileiras não devem permitir e não permitirão que seus filhos sejam sacrificados inutilmente.<sup>20</sup>

Percebe-se que apesar da forte oposição das cúpulas do PCB ao envio de tropas brasileiras ao combate na Coréia, a pressão mais forte foi feita nas ruas e, notoriamente, por mulheres. O caso de Elisa Branco ganha tamanho destaque que a militante torna-se uma heroína dentro dos movimentos femininos da época. Durante o desfile militar do Dia da Independência no dia 7 de setembro de 1950, um grupo de mulheres destoou daqueles que assistiam à celebração oficial protestando contra a participação brasileira na Guerra da Coréia. Elisa Branco empunha uma faixa com os dizeres: “Os soldados nossos filhos não irão para a Coreia”. Por isso, foi presa pelo DOPS paulista e condenada a quatro anos e três meses de prisão. Tal ato, no entanto, deu origem a um grande movimento pela soltura de Branco, que torna-se uma heroína da luta pela paz na imprensa comunista.

A violência com que o Estado respondera à manifestação do 7 de setembro de 1950 não foi caso isolado. Em abril deste mesmo ano, Arcelina havia escrito ao *Movimento Feminino* demonstrando preocupação com a prisão de 34 mulheres da Federação de Mulheres do Brasil em São Paulo. Sua posição, no entanto, não é de recuo, mas de chamamento à intensificação da campanha pela paz e contra o envio de brasileiros à Coréia:

---

<sup>20</sup> BRASIL. Serviço Nacional de Informações. Fundo Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco. BR PEAPEJE DPE PRT FUN 0 3906. Disponível em: <[http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/fun/0/03906/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_fun\\_0\\_03906\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/fun/0/03906/br_peapeje_dpe_prt_fun_0_03906_d0001de0001.pdf)>. Acesso em: 17 novembro 2021.

Com as últimas 34 prisões de mulheres da Federação de Mulheres do Brasil, nossa responsabilidade na defesa da paz aumentou. Nesse sentido, as campanhas de dia a dia entre as mulheres, devem se tornar mais amplas e mais enérgicas, sem vermos sacrifícios, sobretudo, quando já sabemos que o inimigo é deshumanamente implacável. Assim, visitando lares, felizes ou sofredores, argumentando e esclarecendo as mulheres sôbre os horrores da guerra, do luto, da orfandade e do desespero, tôdas as mães aceitarão nossas visitas, passarão a atitudes concretas e nós estaremos cumprindo uma parte de nossa missão sagrada em defesa da Paz.<sup>21</sup>

Mochel demonstra firmeza na adoção de uma estratégia de conscientização de donas de casa e trabalhadoras, advertindo-as sobre os horrores da guerra. Uma vez informadas, tais mulheres poderiam juntar-se à campanha pela paz.

Em junho de 1953, Arcelina foi uma das treze mulheres a representar o Brasil no Congresso Mundial de Mulheres, em Copenhague, para o qual compareceram cerca de 2 mil mulheres de 70 países<sup>22</sup>. Seguindo a pauta principal de luta do início da década, o congresso teve como foco a campanha internacional pela paz. Após o evento na Dinamarca, Mochel e as outras doze delegadas brasileiras foram convidadas pelo Comitê Antifascista de Mulheres Soviéticas à visitar a União Soviética. Em relato sobre sua viagem ao *Momento Feminino*, a diretora do jornal mostrava-se impressionada com o nível de igualdade que as mulheres soviéticas aparentavam ter conquistado. Segundo ela, a metade dos trabalhadores na URSS eram mulheres, que não limitavam-se a baixos cargos mas correspondiam, na verdade, a 50% dos especialistas com instrução superior no país<sup>23</sup>. As delegadas brasileiras ressaltavam também a melhora na qualidade de vida de mulheres e crianças permitida pelo avanço científico soviético. A partir da visita a uma maternidade em Moscou, Lidia Dias Alves explicou que com um método baseado nos estudos de Pavlov, mães pariam seus filhos sem sentir dor alguma, tendo acompanhamento psicológico e físico desde os primeiros meses de gestação<sup>24</sup>. Além disso, toda a assistência médica era gratuita, assim como o

---

<sup>21</sup> MOCHEL, Arcelina. Nossos problemas. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, ano III, n. 67, p. 2, 4 abril 1950.

<sup>22</sup> Unidas, nós que representamos uma fôrça imensa... *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, ano VI, n. 100, p. 4, maio/junho/julho 1953.

<sup>23</sup> MOCHEL, Arcelina. Nossos problemas. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, ano VII, n. 101, p. 9, agosto/setembro 1953.

<sup>24</sup> ALVES, Lidia Dias. Na URSS a mulher se libertou dos sofrimentos da maternidade. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, ano VII, n. 101, p. 10, agosto/setembro 1953.

ensino secundário. Mães e crianças contavam ainda com creches em todos os locais de trabalho e jardins de infância em cada bairro. Arcelina e suas colegas visitaram também uma fábrica de tratores em Stalingrado, impressionando-se com “o conforto proporcionado aos operários”<sup>25</sup>. Segundo Esmeralda Gomes, operária gráfica em São Paulo, a fábrica Feliz Zerzkinsk contava com “creche, escola secundária técnica e superior de ensino, clube, biblioteca e um refeitório em cada sessão”<sup>26</sup>. O avanço tecnológico também era visível naquele espaço, de modo que, segundo Gomes, a energia dos operários não era desperdiçada graças a mecanização da fábrica.

É importante pontuar que durante a administração de Stalin, as mulheres sofreram considerável retrocesso na luta por direitos, de modo que o governo passou a incentivar o retorno das mulheres ao papel exclusivo de mães e donas de casa. No entanto, Soares (2021, p. 310) aponta que

[...] a propaganda política soviética difundida pelo mundo continuava a afirmar o regime comunista que estava sendo implantado como garantidor de direitos iguais entre os sexos e de suporte à criação dos filhos e à realização dos serviços domésticos.

Desse modo, é importante o questionamento quanto a posição de militantes comunistas como aquelas que reportaram sua viagem à URSS ao *Momento Feminino*. É possível que não conseguissem ainda perceber o retrocesso imposto por Stalin. Outra possibilidade é que tenham preferido ignorar o recuo dos direitos das mulheres soviéticas a fim de manterem seu posicionamento junto ao stalinismo.

Ao retornar de sua viagem à URSS, Arcelina Mochel participou da I Conferência Latino Americana de Mulheres. Instalada em junho de 1954 no Rio de Janeiro, reunira cerca de 400 delegadas de diversos países. Tamanho evento enfrentou forte oposição, incluindo a produção de uma falsa circular que teria sido assinada por Mochel em nome da Associação Feminina do Distrito Federal. Nela, Arcelina teria pedido dinheiro ao PCB para a realização da conferência. A

---

<sup>25</sup> GOMES, Esmeralda. As brasileiras visitaram Stalingrado, a cidade que ressurgiu dos escombros. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, ano VII, n. 101, p. 11, agosto/setembro 1953.

<sup>26</sup> Ibid.

oposição vilanizava a imagem de Arcelina como uma aproveitadora que estaria usando recursos do Partido Comunista para financiar um evento em prol das mulheres. Branca Fialho foi a público desmentindo a suposta circular e afirmando o caráter apartidário da conferência, que reuniria mulheres a favor da democracia. Segundo reportagem da *Imprensa Popular*, a circular falsificada se assemelhava a outras falsificações contra organizações democráticas que apareciam naquele período em diferentes países, o que, de acordo com o jornal, denunciaria “a sua origem americana”<sup>27</sup>.

Mais tarde no mesmo ano, Mochel candidatou-se à vereadora no Distrito Federal, apesar do PCB estar na ilegalidade. Nas eleições de 1954, seriam eleitos governadores de 11 estados, dois terços dos senadores, deputados federais e estaduais e vereadores. Arcelina, no entanto, não se elegeu. Em novembro desse mesmo ano, ocorreu o IV Congresso do PCB, onde os comunistas brasileiros reuniram-se 25 anos após a realização do III Congresso do partido. As mulheres representaram 9,3% do total de delegados, podendo pela primeira vez ter participação no congresso (BUONICORE; GARCIA). Três delas foram eleitas para o Comitê Central do partido, ou seja, compunham a direção do PCB: Arcelina Mochel, Lourdes Benaim (empregada doméstica) e Zuleika Alambert (professora). Além delas, mais quatro mulheres ocupariam a suplência: Orondina Silva (tecelã), Olga Maranhão (empregada doméstica), Maria Salas (tecelã) e Iracema Ribeiro (professora).

Seguindo sua intensa agenda de militância, em 1955, Arcelina Mochel dirigiu a Assembleia Nacional de Mães, realizada em junho daquele ano no Rio de Janeiro. A finalidade era preparar as mulheres para o Congresso Mundial de Mães, evento organizado pela FDIM que aconteceria no mês seguinte em Paris. As resoluções obtidas na assembleia giravam em torno da proteção da infância e da campanha pela paz entre os povos<sup>28</sup>. Reuniões como essa eram alvo de intensa crítica da oposição. Segundo o almirante Carlos Penna Botto, a assembleia teria

---

<sup>27</sup> Farsa contra organizações democráticas de mulheres. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, ano VII, n. 1327, p. 3, 13 outubro 1954.

<sup>28</sup> Apêlo de convocação do Congresso Mundial de Mães. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 11, p. 20-22, 1955.

sido “inspirada, dirigida e orientada pelos miseráveis escravocratas de Moscou!”<sup>29</sup>. Nesse mesmo ensaio, ataca Arcelina Mochel e Branca Fialho por serem “maiorais do comunismo indígena”<sup>30</sup>.

Em novembro daquele ano, Arcelina retornava à Moscou, dessa vez para participar da reunião da direção da FDIM. A organização reuniu suas representantes a fim de debaterem a) o comitê permanente de mães, que havia sido criado após o Congresso Mundial de Mães; b) as comemorações do décimo aniversário da federação; c) perspectivas dos trabalhos femininos para 1956<sup>31</sup>. Em relato ao *Momento Feminino*, Mochel explicou que uma das questões mais debatidas havia sido a “realização, no próximo ano, em Viena, da Conferência Internacional de Mulheres Trabalhadoras, que por sua amplitude e significação social deverá mobilizar a opinião pública feminina em todo o mundo”<sup>32</sup>. Com tal evento em mente, em maio de 1956, Mochel participou da organização da Conferência Nacional das Trabalhadoras. Nesse evento, trabalhadoras brasileiras, da cidade e do campo, discutiram suas questões e elegeram as delegadas que lhes representariam na conferência internacional, que acabou por se realizar em Budapeste. No mês seguinte, as trabalhadoras eleitas partiram para a Hungria a fim de participarem da Conferência Internacional de Mulheres Trabalhadoras, organizada pela Federação Sindical Mundial (FSM).

Foi também em 1956 a publicação da última edição do *Momento Feminino*, jornal dirigido por Arcelina. No ano seguinte, a militante também deixou de atuar na FMB devido ao arbitrário fechamento da instituição em 1957. A decisão por parte do governo de Juscelino Kubitschek foi resultado de anos de monitoramento da atuação das mulheres comunistas pela polícia política. Já em 1956, um informe redigido pelo diretor da DPS explica que mesmo na ilegalidade, o PCB havia retornado à vida legal através de várias entidades diferentes, dentre

---

<sup>29</sup> BOTTO, Carlos Penna. Cruzada brasileira anti-comunista. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LV, n. 19.106, p. 5, 9 julho 1955.

<sup>30</sup> Ibid.

<sup>31</sup> Reunido o mais alto órgão da FDIM. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, ano IX, n. 115, p. 38, 1955.

<sup>32</sup> Ibid.

elas a FMB, que “orienta todas as ‘associações’ femininas de tendências comunistas existentes no país”<sup>33</sup>. Sugere, assim, a suspensão “em caráter urgente” do funcionamento da FMB por infração do artigo 6º do Decreto-Lei 9.085. Pouco depois, o governo Juscelino Kubitschek decretou a suspensão do funcionamento da Associação Feminina do Distrito Federal e da Federação de Mulheres do Brasil. É importante notar que o governo vigente permitia que o movimento sindical fosse dirigido por comunistas e negociava com eles. Nesse sentido, o fechamento da FMB não parece ter sido motivado exclusivamente pelo caráter comunista de grande parte de sua direção. Uma possibilidade é que tal medida drástica possa ter sido originada por tratar-se de uma das mais potentes organizações de mulheres do país.

Segundo o coronel Edvaldo de Luna Pedrosa, que comandava o caso, acusando a organização de ser comunista, a polícia política havia interditado e arrolado as sedes dessas instituições a fim de realizar a apreensão de todo e qualquer material subversivo encontrado. No entanto, ao chegarem no local, encontraram salas vazias: “Isso veio comprovar sobejamente o caráter subversivo dessas entidades, porque, como diz o ditado, ‘quem não deve não teme’.”<sup>34</sup> Branca Fialho, presidente da FMB, rebateu as acusações do coronel em um ofício enviado ao chefe de Polícia, alegando que a sede da organização estava vazia pois estavam de mudança. Ela explicava que o novo proprietário do imóvel notificou os locatários que precisariam desocupar suas salas sob ameaça de despejo, pois iria usar o espaço para si. Fialho ressalta que o esvaziamento da sala para a mudança logo antes da operação da polícia política havia sido uma feliz coincidência, afinal evitou a consumação da ilegal apreensão dos documentos da organização:

Com efeito, o ato pretendido pela autoridade policial constitui flagrante ilegalidade, pois que nenhuma lei autoriza a qualquer autoridade apreender e arrolar bens de sociedade, a pretexto de haver sido suspenso o seu

---

<sup>33</sup> Informe nº 2939, Dossiê Federação de Mulheres do Brasil, Fundo de Polícias Políticas, Aperj.

<sup>34</sup> Fechadas a Federação de Mulheres do Brasil e a Associação Feminina do Distrito Federal. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XXVII, n. 10.495, p. 15, 24 janeiro 1957.

funcionamento nos termos do artigo 6 do Decreto-lei n. 9.081 de 25 de março de 1946, que apenas autoriza a suspensão das atividades associativas.<sup>35</sup>

O referido decreto-lei não autorizava o fechamento da organização, como foi feito, estabelecendo apenas a suspensão das atividades por até 6 meses - enquanto dura o processo.

Com seu mandato cassado no fim da década de 1940, o fim do *Momento Feminino* e o fechamento da Federação de Mulheres do Brasil, as atividades de Arcelina Mochel ficaram restritas. Apesar do golpe militar em 1964, Arcelina e seus irmãos se mantiveram ativos, ajudando companheiros perseguidos pela ditadura. Segundo relato concedido por Marcia Mochel, sobrinha de Arcelina, sua tia abrigou familiares de vários militantes nesse período. No entanto, sua atuação foi obstaculizada por um problema de saúde. Em 1970, sua família ainda sofreria mais um silenciamento, de modo que seu marido, Masao Goto foi compulsoriamente aposentado do Instituto Oswaldo Cruz por Emílio Garrastazu Médici. Atuando como pesquisador, professor e chefe da Seção de Micologia, Goto integrou a instituição por vinte e seis anos (1944 à 1970). No episódio conhecido como “Massacre de Manguinhos”, o Conselho de Segurança Nacional aposentou arbitrariamente dez cientistas<sup>36</sup> do Instituto Oswaldo Cruz por suspeição de subversão comunista. Oito deles tiveram seus direitos políticos suspensos por dez anos. Segundo Moacyr Andrade (apud SANTOS, 2016, p. 98), Masao Goto e Domingos Arthur Machado teriam ficado fora da lista daqueles que tiveram seus direitos políticos suspensos porque “havia sido médicos das esposas de dois coronéis do serviço de informações, quando viram a lista com os nomes deles, retiraram. (...) Mas depois eles não conseguiram escapar da lista da aposentadoria”. A partir de então, Masao Goto dedicou-se à atuação em sua clínica. Pouco depois da aposentadoria de seu marido, Arcelina faleceu em agosto de 1974 vítima de um aneurisma cerebral.

---

<sup>35</sup> D. Branca Fialho, presidente da FMB pulveriza as ridículas calúnias da polícia. Folha Capixaba, Vitória, ano XII, n. 1.059, p. 6, 2 fevereiro 1957.

<sup>36</sup> Augusto Perissé, Domingos Arthur Machado, Fernando Ubatuba, Haity Moussatché, Herman Lent, Hugo de Souza Lopes, Masao Goto, Moacyr Vaz de Andrade, Sebastião José de Oliveira e Tito Cavalcanti.

## Considerações finais

Este trabalho buscou, através da análise da trajetória de Arcelina Mochel, contribuir para a recente e ainda escassa produção em torno da atuação de mulheres comunistas no Brasil entre 1945 e 1964. No primeiro capítulo, a militante foi introduzida de forma a traçar o pano de fundo que possibilitou sua ascensão no mundo político. De início, logo torna-se perceptível o apreço da família Rodrigues Mochel pela educação, já que todos os filhos completaram o ensino superior. A experiência de Arcelina na Faculdade de Direito do Maranhão, bem como sua intensa participação em atividades universitárias, pareceram funcionar como base fundacional para um pensamento crítico em relação a realidade que a cercava. Desse modo, logo passou a envolver-se com a Juventude Comunista a fim de atuar em prol dos mais pobres. Apesar do sucesso no concurso para a promotoria, os caminhos de Arcelina a levaram para o Distrito Federal. Lá, foi uma das agentes de transformação do Partido Comunista, que passava por uma transição estratégica. A nova diretriz, que pressupunha uma maior aproximação com as camadas populares, parecia incorporar um modo de atuação já adotado por Mochel, que durante toda sua trajetória valorizou a escuta e a experiência junto aos mais necessitados. Nesse sentido, é possível que Arcelina estivesse modificando a militância dos pecebistas e vice-versa. Ainda no primeiro capítulo, foi analisado o exponencial crescimento do PCB durante as eleições de 1945 e 1947, quando o partido retornou a legalidade e participou do processo eleitoral pela primeira vez. No Distrito Federal, ocupou o maior número de cadeiras da Câmara Municipal. Dentre seus dezoito ocupantes estava Arcelina Mochel, eleita vereadora. No ano seguinte, no entanto, seus mandatos seriam cassados e o partido novamente posto na ilegalidade.

No segundo capítulo, buscou-se compreender as brechas de atuação encontradas por Mochel a partir da cassação de seu mandato. Um dos seus grandes veículos foi o *Momento Feminino*, periódico direcionado às trabalhadoras brasileiras, onde Arcelina atuou como diretora e redatora. Além de informar as leitoras sobre o que acontecia nacional e internacionalmente, chamava-as para a

organização política, convocando-as para juntarem-se às Uniões Femininas de seus bairros. Mochel também continuou sua luta através da Federação de Mulheres do Brasil, instituição que procurava unificar as uniões e associações femininas do país. Por meio do *Momento Feminino* e da FMB, a militante maranhense envolveu-se em diversas pautas, como a luta contra a carestia, a Campanha do Petróleo, o movimento contra a Lei de Segurança Nacional, a Campanha pela Paz, dentre outras. Foi também por sua atuação que Arcelina pode representar o Brasil em diversas conferências femininas ao redor do globo. No fim da década de 1950, no entanto, a atuação de Mochel foi novamente cerceada, quando a FMB foi arbitrariamente fechada e o *Momento Feminino* publicou sua última edição. Somados ao golpe militar de 1964 e à problemas de saúde, seus últimos anos de vida aparentam ter sido de afastamento da militância.

Percebe-se que essa ainda inicial pesquisa sobre Arcelina Mochel revelou um mar de possibilidades não só quanto ao seu trabalho enquanto militante, como de tantas outras mulheres que atuaram ao seu lado dentro e fora do país. É importante ressaltar que a presente análise não tem como objetivo esgotar as possibilidades de pesquisa em torno da trajetória de Arcelina Mochel. Certamente, no futuro novas perguntas poderão ser feitas a partir dos documentos analisados e de novas possíveis fontes que vierem a surgir. Além disso, este trabalho contou com certas limitações como, por exemplo, a temporal. Por conta do cronograma reduzido para o desenvolvimento de um trabalho de conclusão de curso de graduação, não foi possível uma análise mais aprofundada sobre as viagens de Arcelina, intensificadas na década de 1950, e as relações estabelecidas entre ela e outras militantes estrangeiras. Também passível de um exame delicado seria a atuação de sua família, em grande parte envolvida com a política institucional no Maranhão. Outro importante limite enfrentado na realização da presente pesquisa foi o fechamento do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro por tempo considerável por conta de obras. Nesse sentido, outros documentos poderiam ter fornecido importantes informações sobre a trajetória de Arcelina.

Creio que uma futura análise de documentos ainda não explorados nesse trabalho inicial possam revelar complexidades e nuances cruciais para o

entendimento de uma trajetória de vida. Em *A ilusão biográfica*, Pierre Bourdieu questiona as histórias de vida como fonte de pesquisa nas Ciências Humanas. Seu posicionamento inseria-se dentro de um debate efervescente na segunda metade do século XX, opondo-se àqueles que defendiam biografias como métodos autônomos<sup>37</sup>. Bourdieu atentava ao fato de que a análise de uma biografia e suas fontes não está dada, afinal os sujeitos são contraditórios e descontínuos. Nesse sentido, “a história de uma vida não é linear” (PASSEGGI, 2014, p. 227). Narrar uma trajetória como uma história coerente de uma sequência de acontecimentos é deixar-se levar pelo que Bourdieu caracteriza como “ilusão retórica”. Trata-se de uma armadilha tentadora ao buscar-se sentido entre acontecimentos considerados significativos. No entanto, a ilusão biográfica deve ser ultrapassada por pesquisadores ao procurarem compreender a história de vida de um sujeito complexo e múltiplo. Essa pesquisa foi um esforço de fazê-lo construindo o espaço (BOURDIEU, 2006, p. 190), isto é, analisando as redes nas quais Arcelina Mochel se inseria e com quem dialogava. Pretendo em próximas investigações sobre sua trajetória me aprofundar nesse desafio, buscando fontes que revelem aquilo que foi descontínuo, aleatório ou mesmo contraditório em sua experiência.

---

<sup>37</sup> Ver mais em: FERRAROTTI, Franco. **Histoire et histoires de vie**: la méthode biographique en sciences sociales. Trad. Marianne Modak. Paris: Méridiens Klincksieck, 1983.

## Referências bibliográficas

### Acervos e fontes

#### Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj)

Fundo Polícias Políticas

#### Biblioteca Nacional

Fundo Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco

Jornais: *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Folha Capixaba*, *Imprensa Popular*, *Momento Feminino*, *O Combate*, *O Imparcial*, *Pacotilha*.

### Bibliografia

ALVES, Iracélli da Cruz. **A política no feminino**: uma história das mulheres no Partido Comunista do Brasil – Seção Bahia (1942-1949). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento Geral do Brasil**: 1920. Rio de Janeiro, 1920. v. 4, 4ª parte: população.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres.

**Tempos e Memórias do Feminismo no Brasil**. Brasília: SPM, 2010.

BRASIL. Serviço Nacional de Informações. Fundo Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco. BR PEAPEJE DPE PRT FUN 0 3906. Disponível em: <[http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br\\_peapeje\\_dpe/prt/fun/0/03906/br\\_peapeje\\_dpe\\_prt\\_fun\\_0\\_03906\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/fun/0/03906/br_peapeje_dpe_prt_fun_0_03906_d0001de0001.pdf)>. Acesso em: 17 novembro 2021.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Dados estatísticos**: eleições federal, estadual e municipal, realizadas no Brasil a partir de 1945. Rio de Janeiro, 1950.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 183-191.

BUONICORE, Augusto; GARCIA, Fernando. **As mulheres e os noventa anos do comunismo no Brasil**. Disponível em: <<https://memoriasindical.com.br/formacao-e-debate/as-mulheres-e-os-noventa-anos-do-comunismo-no-brasil/>>.

Acesso em: 27 novembro 2021.

CORRÊA, Larissa Rosa; VISCO, Nina Teruz. “**Falam as eleitas do povo**”: vereadoras e comunistas, a atuação política das mulheres do PCB (1946-1948). *Revista Mundos do Trabalho*, v. 14, p. 1-22, 2022.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Mulheres sem história. *Revista de História*, n. 114, p. 31-34, jan/jun. 1983.

FERREIRA, Clausinei. **Governo Dutra: arrocho salarial e os trabalhadores (1946-1950)**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERREIRA, Jorge. **A democracia no Brasil (1945-1964)**. São Paulo: Atual, 2006.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Terceira república (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. v. 3.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer; MOREIRA, Regina da Luz. **E ele voltou... o segundo governo Vargas > Petrobras**. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/Petrobras>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

MARTINS, Suely Aparecida. **As contribuições teórico-metodológicas de E. P. Thompson: experiência e cultura**. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, v. 2, n.2, p. 113-126, 2006.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Edição comemorativa do lançamento do Programa Memória Institucional do**

**Ministério Público do Estado do Maranhão.** São Luís, Maranhão, dezembro de 2004. Disponível em: <[https://www.mpma.mp.br/memorial/wp-content/uploads/2020/11/Caderno-MP-Memória\\_Edição-Comemorativa\\_Dez.2004.pdf](https://www.mpma.mp.br/memorial/wp-content/uploads/2020/11/Caderno-MP-Memória_Edição-Comemorativa_Dez.2004.pdf)>. Acesso em: 1 nov. 2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Instrumento de divulgação permanente do Programa Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão.** N.o 2 - São Luís, Maranhão, dezembro de 2019. Disponível em: <[https://www.mpma.mp.br/memorial/wp-content/uploads/2020/05/Caderno\\_MP\\_Memória.pdf](https://www.mpma.mp.br/memorial/wp-content/uploads/2020/05/Caderno_MP_Memória.pdf)>. Acesso em: 6 nov. 2021.

MONTEIRO, Cláudia. **A campanha eleitoral comunista no contexto da legalidade do PCB (195-1947).** *OP SIS, Catalão*, v. 12, n. 2, p. 91-105, jul./dez. 2012.

PASSEGGI, Maria da Conceição. **Pierre Bourdieu: da “ilusão” à “conversão”** autobiográfica. *Educação e Contemporaneidade*, v. 23, n. 41, p. 223-235, 2014.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. **A democracia intolerante: Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946-1950).** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

SANTOS, Daniel Guimarães Elian dos. **Ciência, política e segurança nacional: o “Massacre de Manguinhos” (1964-1970).** 2016. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

SOARES, Paula Elise Ferreira. **A questão feminina no PCB (1925-1956): as mulheres na cultura política comunista.** 2021. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. **A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero.** *Revista Brasileira de História*, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

SOUSA, Livia Tomkwitz. **A Lei de Segurança Nacional como instrumento para contornar as garantias civis da Constituição de 1934 e reprimir as**

**oposições ao Governo Vargas (1934-1935)**. 2020. Monografia (Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília.

SCHUMA, Schumacher; BRASIL, Érico Vidal (Orgs.). **Dicionário Mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria e outros ensaios**. Petrópolis: Vozes, 2021.

TILLY, Louise A. **Gênero, História das Mulheres e História Social**. *Cadernos Pagu*, v. 3, p. 29-62, 1994.